

Territorialização do capital no campo: a atualidade das lutas sociais e os impasses da reforma agrária no Brasil

João Cleps Junior¹

Resumo

¹ Professor Associado do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisador do CNPq e do Núcleo de Estudos Agrário e Territoriais – NEAT/LAGEA. jcleps@ufu.br

Recebido: 15/Jun/2011
Aprovado: 30/Ago/2011

O presente texto é fundamentado na pesquisa do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), da qual participam pesquisadores geógrafos ligados a diversas universidades, busca ampliar as análises apresentadas no relatório *Conflitos no Campo Brasil 2010* (CPT) sobre as ações dos movimentos sociais no campo a partir dos dados DATA CPT. Aborda o papel dos diferentes agentes sociais no processo de luta e da reforma agrária no âmbito da heterogeneidade das transformações socioespaciais no espaço agrário brasileiro no período recente. As manifestações sistematizadas no estudo envolvem um contexto complexo composto por diversos problemas que está cada vez mais relacionado com os embates dos movimentos e das organizações sociais contra as corporações do agronegócio, envolvendo a questão da água, dos transgênicos, dos agroquímicos, do trabalho escravo e infantil e das repressões e a violência no campo. As análises apontam para a diminuição dos acampamentos e ocupações dos latifúndios nos últimos anos, mas que o processo de luta, agora mais acirrado, está ligado às ocupações de áreas de interesse ou pertencentes às corporações do agronegócio, empresas do setor mineral e energético. Quando analisados os números oficiais da Reforma Agrária, confirma-se que estas modalidades de lutas é produto da política de regularização da terra pública, principalmente na região da Amazônia Legal. Além dos sem terra, assentados, posseiros, ribeirinhos, indígenas e quilombolas tornaram-se os principais protagonistas das lutas pela terra em quase toda a região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, evidenciando o novo papel político destes sujeitos sociais do campesinato brasileiro.

Palavras-Chave: Territorialização do Capital. Agronegócio. Lutas no Campo. Manifestações. Reforma Agrária.

Abstract

The present text is based on the research of the Struggle for Land Database (DATALUTA), in which participated geographers researchers part of several universities, trying to expand the analysis presented in *Field Conflicts Brazil 2010* (CPT) about

actions of social movements in the field from DATA CPT data. It presents the role of different social agents in the struggle process and agrarian reform within the heterogeneity of social-spatial transformations in the Brazilian agrarian space in the recent period of time. The systematized manifestations in the study involve a complex context formed by several problems that are increasingly related to the clashes of the movements and the social organizations against corporations of agribusiness, involving the water issue, transgenic, agrochemicals, slave and child labor and repressions and the violence in the field. The analysis point for the decrease of camps and occupations of large estates in the last few years, but the struggle process, now more strained, is connected to the occupations of areas of interest or belonging to agribusiness corporations, enterprises in the mineral and energetic sector. When analyzed under the perspective of official numbers in the Agrarian Reform, it assures that these struggle modalities is a product of the policy of regularization of public land, especially in the region of Legal Amazon. Besides the landless, settlers, squatters, riverside people, Indigenous and Quilombolas became the main characters of the lutas pela terra for almost all the North, Northeast and Middle-West regions, showing the new political role of this social subjects of Brazilian peasantry.

Keywords: Territorialization of the Capital. Agribusiness. Field Struggles. Manifestations. Agrarian Reform.

Introdução

Entender a atuação dos agentes sociais no processo de luta pela terra e de reforma agrária, implica relacionar a complexidade da organização e as transformações no campo brasileiro, o papel do Estado na questão agrária e nos modelos de desenvolvimento agrário. Ao longo dos últimos cinquenta anos, a correlação de forças políticas entre as classes sociais no campo sofreu diversas alterações tendo permanecido submetidas aos interesses das classes dominantes, estas representadas pela aliança entre latifundiários, empresários capitalistas, grileiros de terras, com o respaldo político dos capitais nacional e internacional e dos diferentes governos.

No período recente, o contexto das lutas do campo brasileiro está cada vez mais relacionado com os embates dos movimentos e das organizações sociais contra as corporações do agronegócio. As lutas sociais e todo o seu complexo envolvem diversas questões como a dos transgênicos, dos agroquímicos, da água, do trabalho escravo e infantil e

de todo tipo de repressão e violência no campo. Na nova lógica de territorialização do capital, o agronegócio vem ocupando áreas de florestas e de preservação, substituindo plantações menos rentáveis, incorporando áreas indígenas, de quilombolas, de populações tradicionais camponesas e familiares. Acresce também o processo de internacionalização que vem ocorrendo com relação à aquisição de terras e de empresas e de setores estratégicos, revelando o novo momento de especulação e acumulação capitalista, que ameaça a soberania territorial e alimentar.

A realidade brasileira atual apresenta uma grande conflitualidade verificada através do aumento das manifestações em geral e conflitos agrários. O presente texto, fundamentado na pesquisa do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) na qual participam pesquisadores ligados a diversas universidades, procura refletir sobre essas questões. Aborda o papel dos diferentes agentes sociais no processo de luta e de reforma agrária, no âmbito da heterogeneidade das transformações socioespaciais no espaço agrário brasileiro no período recente. Mostra que além dos sem terra, os assentados da Reforma Agrária, posseiros, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais tornaram-se os principais protagonistas das lutas pela terra, evidenciando o novo papel político destes sujeitos sociais do campesinato brasileiro.

Conjunturas da Questão Agrária e a Desconstrução da Reforma Agrária

A Reforma Agrária no Brasil tem como marco institucional a criação do Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/1964). No Período Militar (1964-1984), em termos de políticas de Estado, a opção política adotada foi a colonização agrícola como estratégia para conter os movimentos de luta pela terra e assim promover a expansão agrícola na Amazônia e nos Cerrados. A modernização agrícola substituiu a política de redistribuição de terras e assim a *questão agrária* na década de 1960, seria “resolvida” pelo regime militar, direcionando os camponeses e os capitais para as regiões de fronteira, buscando ainda controlar e aliviar os problemas fundiários nas regiões de tensões sociais e de crise da pequena produção.

No entanto, na transição política da Ditadura Militar para um governo democrático burguês em 1985 não pôs fim às repressões e forças políticas contrárias às transformações no campo e em favor da Reforma Agrária. Depois de diversas alterações e recuos políticos, foi lançado o

Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) pelo presidente José Sarney, em outubro de 1985, mas seria inviabilizado pelos ruralistas. A União Democrática Ruralista (UDR) que detinha maior representação política dos latifundiários, por meio da violência, passou a atuar, como força repressora contra a cidadania no campo.

Em 1988, a Constituinte, expressando lutas sociais, definiu a terra como um bem social, rompe os direitos sociais agrários com o preceito da “terra mercadoria”, fortalecendo ainda a segmentação entre questão agrária e agrícola, uma vez que reforçou nas políticas agrícolas o modelo de acumulação capitalista baseado na propriedade privada da terra, abandonando o instrumento da reforma agrária e os excluídos do campo. Com o governo Collor, dois anos e meio no poder, começava um período repressão e perseguição aos movimentos sociais, sobretudo ao MST e uma intensificação da violência no campo. As ocupações eram rechaçadas pela polícia, de modo que em 1990, diminuíram significativamente os números de ocupações e de famílias na luta pela terra.

Daquele período em diante, as pretensões de Reforma Agrária vêm sofrendo um processo de redução brutal, passando a representar cada vez mais um retrocesso para o campo. A substituição do antigo nacional-desenvolvimentismo por uma estratégia liberal de desenvolvimento redirecionou o Estado na década de 1990 em relação a vários setores socioeconômicos privilegiando nitidamente a esfera financeira. O afastamento do Estado da economia traduziu-se nas políticas de privatização de setores ligados à assistência e apoio aos agricultores e no abandono da política de reforma agrária em favor de uma redistribuição de terras orientadas pelo mercado. Esse processo foi acompanhado por fortes conflitos políticos e fundiários, com expulsão de trabalhadores, ameaças de morte, assassinatos e ainda de trabalho escravo.

Em 1994 Fernando Henrique Cardoso (FHC) vence as eleições no Brasil. No seu governo foram construídas as condições políticas para essa realização das reformas neoliberais, que resultaram, entre diversos outros problemas sociais, no crescimento do desemprego, nas privatizações entre outros. Durante o período dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, desenvolveu-se um amplo programa de criação de assentamentos de reforma agrária, sobretudo no segundo mandato (2000-2003). Houve ainda um conjunto de investimentos públicos visando à incorporação de novos territórios ao agronegócio por meio de criação e ampliação seletiva da infraestrutura de transportes e de comercialização, além de uma regulação frouxa do mercado de terras de

modos a deixar fora do controle público as “terras devolutas” (DELGADO, 2005, p. 67).

Por outro lado, a luta pela terra se intensificava em todo o país, pelo aumento da demanda dos interessados em participarem das lutas e no crescimento do número de ocupações. Foi um período marcado pela reorientação das formas governamentais para o estímulo aos programas de “Reforma Agrária de Mercado”, mas também por pressão social do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) e Igreja Católica.

Quase que em continuidade à política de reforma agrária estabelecida pelo governo FHC, o primeiro mandato do governo Lula (2004-2007) foi marcado pelo esvaziamento da proposta e da concepção da reforma agrária e as pretensões de implantar um processo de mudança no campo brasileiro definham e os resultados foram insignificantes, representando a mudança do caráter da reforma proposta: de estrutural para meramente compensatória, ou seja, tal qual as “reformas” dos governos anteriores (ABRA, 2007). Por outro lado, as alianças entre o Estado e o agronegócio, sob hegemonia do capital internacional (sobretudo financeiro), fortaleceram o atual quadro da questão agrária no Brasil, com consequências negativas para o ambiente e a sociedade em geral.

O encerramento do Governo Lula em 2010 foi com um balanço negativo para a Reforma Agrária no Brasil. Apesar dos números anunciados, há diferentes interpretações com relação à questão, porém desfavorável como tem sido demonstrado pelas avaliações de estudiosos e lideranças de movimentos de trabalhadores rurais e organizações sociais.

Contudo, as políticas públicas têm seguido a lógica histórica de fortalecimento do latifúndio. A concentração fundiária é a marca registrada do processo de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, a partir das Sesmarias, passando pela Lei de Terras de 1850 e um século depois com o Estatuto da Terra e a modernização agrícola sem reformas (Reforma Agrária). Historicamente, a evolução do Coeficiente de Gini, que é considerado indicador importante da concentração ainda permanece o mesmo apresentado em 1972, no período da Ditadura Militar, fase em que se priorizou a colonização de terras na Amazônia em detrimento da Reforma Agrária. Em 1967, o índice era de 0,836; em 1972 subiu para 0,854; depois praticamente assumiu uma trajetória ascendente quando em 1985 atingiu 0,857 e em 1995/96 foi para 0,856.

No último Censo Agropecuário do IBGE de 2006 o Índice de Gini era de 0,854. Outro dado, do mesmo censo, dá uma dimensão mais clara da concentração. As pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, ocupam 2,36% do total de terras, embora representem quase metade (47,86%) dos estabelecimentos rurais. Já os latifúndios, com mais de mil hectares, somam menos de 1% das propriedades e controlam 44,42% das terras (Gráfico 1).

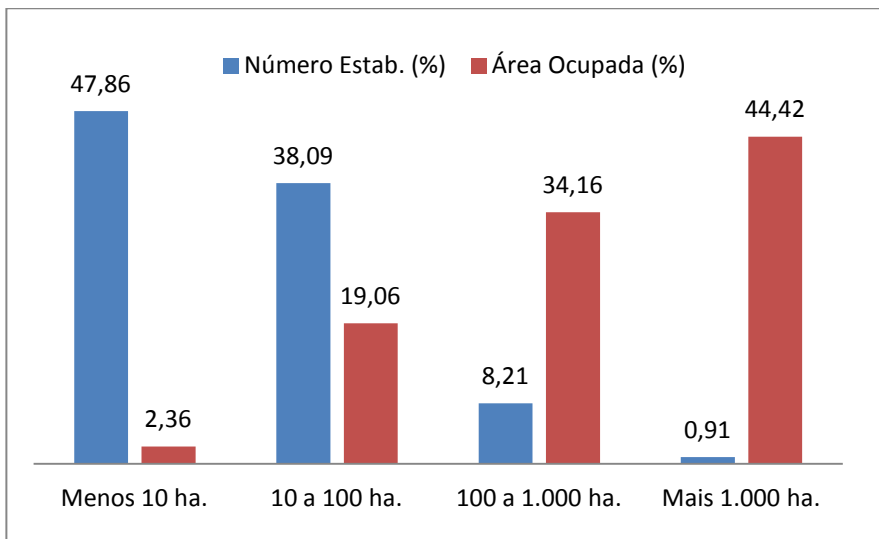


Gráfico 1: Brasil - Distribuição dos Estabelecimentos e Área Ocupada (2006)

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2006. Obs.: não estão incluídos os estabelecimentos sem declaração de área (4,93%).

Org. João Cleps Jr. (2011).

O problema da terra tem agravado principalmente de 2008 para cá, pois o que ocorre é uma *contra-reforma agrária*, tal como o Programa Terra Legal Amazônia de regularização fundiária que destina terras do INCRA para quase 300 mil posseiros por meio das Medidas Provisórias 458/2009 (visa regularizar 67,4 milhões de hectares de terras federais na Amazônia Legal, apelidada de “MP da grilagem”) e 422/2008 (tem como objetivo permitir a regularização de até quinze módulos rurais - 1.500 hectares - na Amazônia Legal). Somam-se a isso, a discussão do Código Florestal e os recentes massacres de camponeses na Amazônia. Uma das principais características da política de Lula foi justamente a substituição

da desapropriação pela regularização de terras, desafiando a repensar as políticas e os conceitos de reforma agrária, uma vez que 57% das terras destinadas à reforma agrária (período 1985-2009) são resultados da política de regularização, cujos assentamentos são incorporados como política de reforma agrária, apenas 31% são resultados de desapropriação, demonstrando o porquê das atuais políticas não mudarem a estrutura fundiária.

O INCRA divulgou os dados acumulados da reforma agrária de 2003 a 2009, segundo os quais quase um terço (26,6%) das famílias assentadas é, na verdade, constituído por famílias que já viviam e produziam na área rural, mas sem título de propriedade e que o trabalho do governo foi dar-lhes o título e inclui-las nos programas de apoio à agricultura familiar, foram adicionados também à coluna de novos assentamentos casos de famílias que ocuparam lotes abandonados em áreas de reformas já existentes. O próprio INCRA (2010) estima que o número de famílias a serem assentadas seja de cerca de 170 mil.

Os dados da Reforma Agrária dos anos de Governo Lula demonstram que apenas 1/4 do número total famílias previstas para serem assentadas, se relacionam a esta forma de obtenção de terras. De acordo com os dados oficiais do INCRA, de um total de 614.093 beneficiários, a maioria está distribuída no programa de reordenação fundiária (303.560 famílias) e de regularização fundiária (154.034 famílias); este último com números praticamente próximos ao programa de reforma agrária propriamente dita (INCRA, 2010).

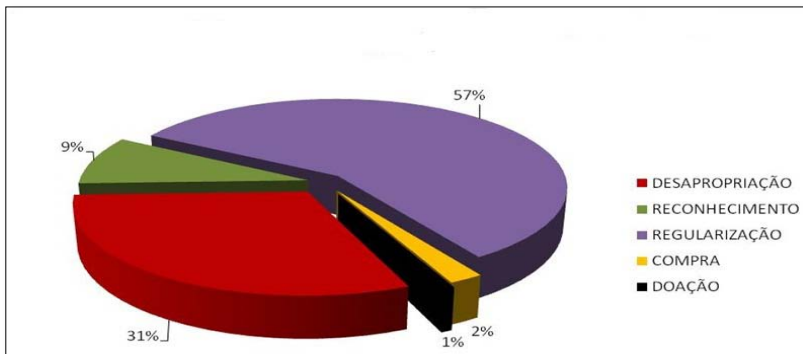


Gráfico 2: Formas de obtenção de terras para a implantação de assentamentos da Reforma Agrária (1985-2009)

Fonte: DATALUTA/NERA, 2010.

Org. Rafael de Oliveira C. Santos

Na realidade, conforme observamos nos dados sobre as formas de obtenção de terras para implantação de assentamentos (Gráfico 2), que levam em conta o número de assentamentos criados no período 1985-2009, indicam que o processo de Regularização Fundiária é a forma predominante (57%) de criação dos assentamentos rurais no Brasil no período 1985-2009. As desapropriações somam apenas 1/3 dos imóveis (31%) enquanto que o Reconhecimento 9%.

Isso tudo confirma que nos últimos anos, houve estagnação da Reforma Agrária em nível de política pública para o campo, podemos considerar, no entanto, que para as organizações sociais ligadas à Reforma Agrária, embora ocorresse uma trégua nas ocupações de terras e acampamentos, os conflitos ligados à terra ainda são significativos no País (Gráfico 3).

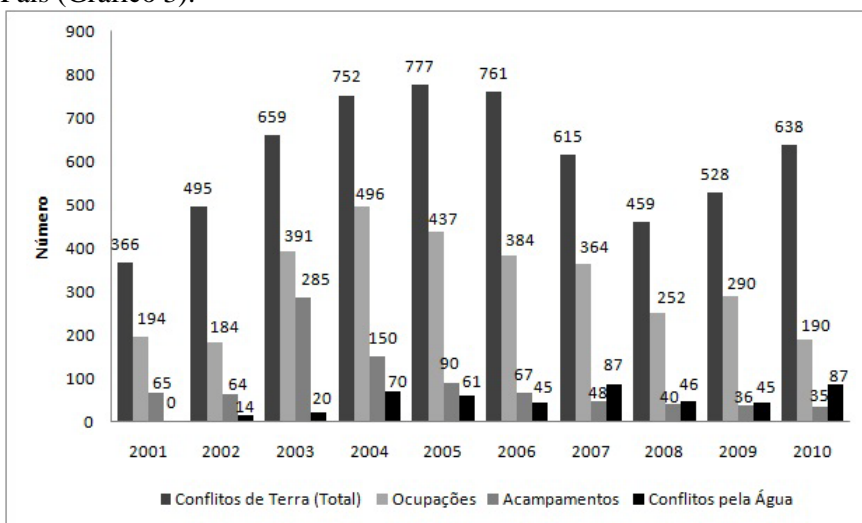


Gráfico 3: Evolução dos Conflitos de Terra e pela Água no Brasil
(2001 - 2010)

Fonte: CPT, 2010. Org. João Cleps Jr. (2011)

O gráfico 3 mostra uma redução dos conflitos de terra após 2005 no Brasil e um aumento crescente dos conflitos pela água a partir de 2001. De acordo com os estudos e dados da CPT, os conflitos pela água vêm aumentando em todo o território brasileiro desde 2002 (ano em que a entidade iniciou o registro em relação à água). Em 2010 registrou-se o maior número de conflitos pela água evidenciando que a questão

consolida-se como um dos principais temas da questão agrária atual. No interior dos dados, metade dos problemas está relacionada ao uso e preservação da água (CPT, 2010, p. 18).

Os dados de 2010 demonstram que foi um ano de intensificação das manifestações, que se duplicaram em relação a 2009, o que aponta para desafios para a compreensão das lutas sociais tanto no campo como nas cidades. Além dos sem terra, assentados, posseiros, ribeirinhos, indígenas e quilombolas tornaram-se os principais protagonistas das lutas pela terra em quase toda a região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, evidenciando o novo papel político destes sujeitos sociais do campesinato brasileiro.

Tabela 1: Brasil - Manifestações por Categoria (2010)

Regiões/ UF	Terra	Água	Política Agrícola	Direitos Humanos	Questão Indígena	Questão Quilombola	Questões Ambientais	Trabalhista	Total
Norte	41	26	5	3	20	1	1	2	99
AC	2				2				4
AM	5			1	11		1		18
PA	24	16	5	1	2	1			49
RO	10	8			2			2	22
RR					1				1
TO		2		1	2				5
Nordeste	153	40	11	8	14	0	14	6	246
AL	51		3	2				1	57
BA	20	13	4		7		4		48
CE	14	10	2	1			1	1	29
MA	13	1			4		2		20
PB	6	4		1	1		2		14
PE	26	7		1	2		2		38
PI	8	4		3			1	2	18
RN	5	1	2				2	1	11
SE	10							1	11
Centro-Oeste	44	8	5	1	13	0	6	2	79
DF	4	3		1	5		4	2	19
GO	5		3				1		9
MS	17				4				21
MT	18	5	2		4		1		30
Sudeste	64	14	12	7	2	1	16	3	119
ES	8	2	8				1		19

MG	15	9	4	4	2	1	9	1	45
RJ	5	3		3			2	2	15
SP	36						4		40
Sul	34	12	29	8	13	1	6	0	103
PR	12	2	2		11	1			28
RS	8	3	24	7			6		48
SC	14	7	3	1	2				27
BRAS IL	336	100	62	27	62	3	43	13	646

Fonte: Setor de Documentação - CPT (2010) Org. João Cleps Jr. (2011)

Em 2010, foram registrados diversos atos em favor da Reforma Agrária e outros protestos contra a violência e assassinatos de trabalhadores, contra a privatização da água e construção de barragens e, em defesa do meio ambiente, a favor da desapropriação, regularização de terras, renegociação de dívidas, incentivo à pequena produção, soberania alimentar, os quais culminaram em ocupações de prédios públicos, acampamentos, caminhadas, passeatas e bloqueios de ferrovia, balsas e rodovias. Também foram registrados diversos atos pelo país contra a impunidade, injustiça e violência no campo.

Na maioria dos estados, mais de 54 organizações e movimentos se mobilizaram no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo para a realização do plebiscito popular e Campanha pelo Limite de Propriedade da Terra e em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar. As manifestações de trabalhadores envolveram também ações coletivas em nível nacional e estadual, tais como o “Grito da Terra”, “Romaria da Terra e das Águas”, “Jornada Nacional de Lutas Contra o Agronegócio e Violência”, “Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas”, “Grito dos Excluídos”, “Jornada Nacional de Luta Contra a Construção de Barragens”, atos contra modificações no Código Florestal etc.

A questão da água ganhou maior destaque com aos problemas de construção de barragens no Brasil (100 manifestações), principalmente em torno da polêmica construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na bacia do rio Xingu no Pará. Das 16 manifestações sobre o problema da água registradas no Estado do Pará, 12 delas estão relacionadas ao empreendimento, constituindo-se também na principal questão relacionada a este tipo de manifestação (49 registros). Com relação à construção da UH Belo Monte, houve protestos em diversos outros estados como no Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Distrito Federal.

Na questão da água, ainda foram registradas ações de ribeirinhos, pescadores e camponeses, organizados pelo MAB, Greenpeace, CPT, CIMI, MPA, MST, Via Campesina etc. que protestaram em defesa da pesca artesanal, contra a transposição do rio São Francisco (PE), projetos de irrigação e, principalmente, da construção de barragens de hidrelétricas nas diversas unidades da federação: Santo Antônio, Jirau e Samuel (RO), Estreito (TO), Manso (MT), Barragem Figueiredo (CE), Rio Parnaíba (PI), Riacho Seco e Pedra Branca (BA), Aimorés, Candonga, Fumaça e Itapebi (MG) e Foz do Chapecó (SC) entre outras.

As manifestações sobre política agrícola caracterizam-se principalmente por protestos de produtores em frente às agências financeiras oficiais e bloqueio de rodovias, pois envolvem, primordialmente, o problema do crédito rural, renegociação de dívidas e a falta de incentivos à produção rural familiar. Neste caso, chamam à atenção as manifestações no Rio Grande do Sul ligadas à política agrícola, com 24 das 62 registradas no Brasil. Os protestos em torno da política agrícola e do crédito agrícola em condições incompatíveis com a realidade do agricultor familiar e camponês cresceram, tendo como alvo principal o sistema bancário.

Como vem ocorrendo nos últimos anos, a questão indígena parece estar longe de ser resolvida. Em 2010 continuou ganhando destaque, depois do problema da terra e da política agrícola. As demandas da população indígena envolvem principalmente o cumprimento de acordos ou melhoria de políticas públicas de saúde, educação, infraestrutura, problemas trabalhistas, demarcação de terras e mobilizações em defesa da água e do meio ambiente que, em geral, são ligadas aos problemas gerados pelas mineradoras ou construção de barragem com a perda de territórios. No entanto, os problemas indígenas não se restringem aos estados da Amazônia, mas também estão presentes na Bahia (7 registros) e Paraná (11 registros) com protestos relacionados ao problema da violência, prisões e melhoria das políticas públicas voltadas para a população indígena.

As questões ambientais vêm se tornando um problema presente em todos os estados brasileiros. Os protestos são pela defesa da água e do meio ambiente em geral, contra as mineradoras e a construção de barragens, privatização da água, além de indenizações e reassentamentos. Minas Gerais é o estado com maior número de manifestações nessa categoria (9 registros), com destaque aos impactos provocado pelas mineradoras.

As manifestações trabalhistas ocorridas em 2010 estiveram relacionadas à morosidade judicial no julgamento de processos, erradicação do trabalho infantil, trabalho escravo, pela aprovação da PEC 438/2001 (DF), contra a Chacina de Unai (MG), atos pelo Dia do Trabalho e problemas trabalhistas.

Com relação às questões de direitos humanos, as manifestações foram registradas em todo o país, com destaque para o Rio Grande do Sul, cujos protestos se relacionaram ao fechamento das Escolas itinerantes. Nos demais estados, houve atos contra a violência, a impunidade e a solidariedade aos trabalhadores presos ou assassinados e ao Dia Internacional da Mulher.

As ocorrências de trabalho escravo estão basicamente relacionadas ao agroextrativismo e à mineração no Norte e Nordeste do país as enquanto que no Centro-Oeste á pecuária e no Centro-Sul associadas aos cultivos do agronegócio, principalmente a cana-de-açúcar.

Manifestações sobre populações tradicionais quilombolas foram registradas nos Estados do Pará, Minas Gerais e Paraná em 2010. O destaque foi em Minas Gerais, onde as populações reivindicam a titulação das terras.

(Foto 1)



Foto 1: Início da retomada e autodemarcação dos territórios tradicionais pelas comunidades vazanteiras do rio São Francisco. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Pau Preto, município de Matias Cardoso, Norte de Minas Gerais. (Foto - *Vazanteiros em Movimento: Povos das Águas e das Terras Crescente* – 24/07/2011)

A terra continua sendo o tema central e constitui mais da metade do número das manifestações. Este processo envolve as lutas contra as expropriações e em favor da Reforma Agrária: trabalhadores do campo, populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas, têm sido protagonistas cruciais das lutas do século XXI.

Os movimentos sociais atuam em vários espaços de luta, por meio de manifestações, ações de resistência, formação de acampamentos e ocupações de terra. De acordo com a metodologia e as definições adotadas pelo DATALUTA e CPT, ações de resistência são ações de luta dos trabalhadores por conquista de direitos trabalhistas e referem-se às greves, ou outras formas de protesto. Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade,

onde as famílias sem terra, organizadas, reivindicam assentamentos. Ocupações de terra são ações coletivas das famílias que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social.

Tabela 2: Brasil - Ocupações e Acampamentos por Região (2010)

Região	Ocupações		Acampamentos	
	Número	Famílias	Número	Famílias
Norte	10	1.441	14	1.279
Nordeste	84	9.215	6	814
Centro-Oeste	14	1.629	8	1.167
Sudeste	60	4.057	5	250
Sul	12	516	1	69
Brasil	180	16.858	35	3.579

Fonte: Setor de Documentação CPT (2010)

Org. João Cleps Jr. (2011)

Em 2010 foram realizadas 180 ocupações de terras, envolvendo 16.858 famílias (Tabela 2). Na maioria das Unidades da Federação foram registradas ocupações (21 estados), destacando-se São Paulo (34), Pernambuco (33), Bahia (27) e Minas Gerais (23), que somaram 65% das ocupações ocorridas no Brasil. A região Nordeste liderou o número de ocupações no ano, perfazendo 46,6% dos registros e mais da metade do número de famílias (54,6%), seguida pela região Sudeste, com 1/3 das ocupações e 24% do número de famílias (Tabela 1). Por outro lado, houve diminuição do número de ocupações na região Norte (-41) e Sul (-19). Na análise por ações de movimentos, indicam que o MST liderou com 116 (64,4%) do total de 180 ocupações registradas em 2010. As ocupações realizadas pelos indígenas vieram em seguida (17), MLST (7), CPT (6) e CONTAG (5).

O número de acampamentos no Brasil em 2010 manteve-se em relação a 2009 (Tabela 2). No entanto, em contraposição às ocupações, os acampamentos aumentaram nas regiões Norte e Centro-Oeste e diminuíram no Nordeste, Sudeste e Sul. Somente em número de famílias, o Norte e o Centro-Oeste somaram 2.446 (68,7%). Os estados com maior número de acampamentos foram: Pará (11), Goiás (5), São Paulo (5), Paraíba (3), Rondônia (2), Mato Grosso do Sul (2), Bahia (2), Tocantins (1), Mato Grosso (1), Alagoas (1), Paraná (1) e Rio Grande do Sul (1).

Foto 2



Foto 2: Acampamento que reuniu três mil pessoas na área urbana de Uberlândia organizada pelo movimento sem terra. (Maio/2011) Fonte: DATALUTA/LAGEA, 2011. *Correio de Uberlândia*. Ed. 31/05/2011.

Foto: Renata Tavares.

Os acampamentos reuniram 3.579 famílias em 2010, computando o Pará com maior número de famílias (1.195), seguido pelo Mato Grosso do Sul (850), Alagoas (360), Paraíba (344), Goiás (267) e São Paulo (250). O MST também liderou os acampamentos, do total de 35, participou de 14 (41%), reunindo cerca de 1.426 famílias (40%). De acordo com o cadastro oficial do governo federal, há atualmente cerca de 220 mil famílias acampadas em todo o país. A maioria delas (pouco mais da metade) está no Nordeste.

Assim, a análise dos conflitos permite pontuar um problema crucial. A estagnação da reforma agrária, as dificuldades de viabilizar economicamente os assentamentos e o estrangulamento dos recursos públicos para os programas dos sem terra, acrescido das políticas de alívio a pobreza e ao avanço do *pentecostalismo* no campo e nas periferias das grandes cidades, são fatores que podem estar contribuindo para o enfraquecimento das bases dos movimentos. Se, de um lado, as ocupações de latifúndios podem ter sofrido uma redução, de outro, quando ocorre ocupação de áreas de interesse imediato das corporações, os enfrentamentos são mais duros e violentos.

Considerações Finais

A luta pela terra e pelo território no Brasil neste início de século ganha novos contornos revelando sua complexidade. A parcialidade do Estado em resolver os conflitos agrários, somada a violência dos proprietários fundiários e a criminalização da questão agrária, traduz no revigoramento e a continuidade das lutas no campo e em específico a luta pela Reforma Agrária.

A diminuição dos acampamentos e ocupações dos latifúndios nos últimos anos expressa, de um lado, o recrudescimento das ações dos movimentos; de outro, são crescentes, mais acirradas e violentas as ações diretas de ocupações de áreas de interesse ou pertencentes às corporações do agronegócio, empresas do setor mineral e energético. Daí a tendência de criminalização das lutas sociais no campo. A inflexão do número de ocupações e acampamentos confirma que estas modalidades de lutas é produto da política de regularização da terra pública, principalmente na região da Amazônia Legal. O caráter contraditório da disputa pelas terras públicas na Amazônia brasileira, e da violência que vem junto com ela, ditaram os rumos da contra-reforma agrária iniciada no segundo mandato do governo de Luiz Inácio. (OLIVEIRA, 2010, p. 57). Assim, o setor de *commodities* se expande, com a exploração e a expropriação e, por isso, produz maior número de conflitos, muitas vezes mais áspers.

Por outro lado, as ações diretas por meio de ocupações de terras, atos contra as corporações do agronegócio e do setor mineral têm sido ascendentes. A territorialização do agronegócio sobre áreas dos antigos latifúndios, a estrangeirização de empresas do setor e principalmente das terras requerem mudanças nas políticas públicas e nas estratégias de luta diante das novas correlações de forças.

Agravam-se os problemas com relação a privatização da água e as construções de barragens, que também enfrentam ações de resistências dos movimentos e populações que reivindicam a soberania sobre seus territórios. A terra, portanto continua sendo o tema central e nos últimos anos já constitui a maior parte do número das manifestações. Este processo envolve as lutas contra as expropriações e em favor da Reforma Agrária: trabalhadores do campo (em quantidade expressiva os posseiros), populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas, têm sido protagonistas cruciais das lutas do século XXI, desafiando as pesquisas e compreensão da questão agrária atual.

Referências Bibliográficas

CANUTO, Antônio. Os movimentos sociais em ação no campo. *Conflitos no campo Brasil 2009*. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 149-153.

CARVALHO, Horácio Martins. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária. In: *Revista ADUSP*, Maio de 2005, p. 38-38.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil 2010*. Org. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. Goiânia: CPT, 2011.

CLEPS JR., João. As Ações dos Movimentos Sociais no Campo em 2010. In: *Conflitos no Campo Brasil 2010*. Org. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. Goiânia: CPT, 2011.

_____. Questão Agrária, Estado e Territórios em Disputa In: *Geografia Agrária, território e desenvolvimento*. 1 ed. São Paulo, SP : Expressão Popular, 2010, v.1, p. 35-54.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. *Relatório DATALUTA - Brasil*. Presidente Prudente: FCT-UNESP/NERA, 2010.

DELGADO, Guilherme C. “A Questão Agrária no Brasil (1950-2003)”. In: JACCOUD, Luciana (org). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

Extrema-Unção. CARTA CAPITAL. Ricardo Carvalho e Soraya Aggege. CCSeuPaisSORAYA657.indd 22. Acesso em: 29/07/2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. São Paulo, Editora Vozes, 2000.

_____. Reconceitualizando a Reforma Agrária. *Boletim Dataluta*. Pres. Prudente: NERA-UNESP, julho de 2010.

Instituto Humanitas Unisinos - *IHU On Line*. Entrevista com Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. “Análise de Conjuntura Agrária

Brasileira”. [http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21484]. Acesso em: 10/01/2011.

LEHER, Roberto; TRINDADE, Alice C.; LIMA, Jacqueline Aline B.; COSTA, Reginaldo. “Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010”. In: *OSAL*. Buenos Aires: CLACSO, Ano XI, N° 28, novembro de 2010. 21p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O governo Lula assumiu a contrarreforma agrária: a violência do agrobandidismo continua. *Conflitos no campo Brasil 2008*. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos. Goiânia: CPT Nacional, 2008, p. 61-71.

SANTOS, Rafael de Oliveira C. ROCHA. Herivelto F. “Análise das políticas de obtenção dos Assentamentos Rurais no Brasil de 1985 a 2009: estudo dos assentamentos reconhecidos pelo INCRA no Estado de São Paulo”. FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2010.

SAUER, Sérgio. O Parlamento e a criminalização dos movimentos sociais agrários. *Conflitos no campo Brasil 2009 / CPT*. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 149-153.

_____.; LEITE, Sérgio. A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil. In: Carta Maior. <http://www.soltec.ufrj.br/mstrio/a-estrangeirizacao-da-propriedade-fundiaria-no-brasil/> Acesso em: 02/08/2011.

SILVA, Raimundo P. *Reforma Agrária e sua Atualidade*. Artigo DATALUTA: junho de 2011. Presidente Prudente: NERA, 2011.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Conflictos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária*. Pontificia Universidad Javeriana. Seminario Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000.